

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006215-33.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto**  
Requerente: **Renato Pereira da Silva Nusdeo**  
Requerido: **NS2.COM INTERNET S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Os aspectos fáticos trazidos à colação não despertam controvérsias.

Extraí-se dos autos que o autor viu anúncio em site da ré da venda de uma camisa Adidas Palmeiras pelo preço de R\$ 27,00.

Comprou o produto pagando ainda o valor de R\$7,60 de frente, totalizando R\$34,60.

Todavia, a compra foi cancelada pela ré, sem motivo justificado.

Almeja, assim, à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em lhe entregar o produto pelo preço anunciado.

O produto foi anunciado por preço vil (R\$



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

27,00), flagrantemente inferior ao de mercado.

Percebe-se com clareza que houve na espécie erro, e grosseiro, quando da sua disponibilização à venda.

Não obstante se reconheça que a oferta realmente vincula (CDC – art. 30), esse caráter de vinculação desaparece em casos de erro grosseiro porque preponderam então como sói acontecer os princípios do equilíbrio contratual e da boa-fé objetiva (CDC – art. 4º, inc. III) sobre os termos da oferta.

É nesse sentido o magistério de **JORGE ALBERTO QUADROS DE CARVALHO SILVA**:

*“Não se descarta a publicação de oferta contendo preço bem inferior ao real, por culpa do anunciante, da agência ou do meio de comunicação. Há corrente doutrinária entendendo que o erro, mesmo grosseiro, vincula o fornecedor, a quem seria resguardada a ação regressiva. Em sentido contrário, existe doutrina compreendendo que se o preço for vil, muito abaixo daquele que teria de ser estabelecido, deveria ser considerado o erro na veiculação e, conseqüentemente, desconsiderada a obrigação. A segunda posição, todavia, é a mais que se aproxima do bom senso, não só porque a primeira termina sendo draconiana, mas também porque os princípios do equilíbrio contratual absoluto e o da boa-fé, referidos no art. 4º, III, do CDC, valem igualmente para ambas as partes, integrantes da relação jurídica de consumo: os fornecedores e os consumidores” (“Código de Defesa do Consumidor Anotado”, 5ª edição, p. 136).*

Tal orientação aplica-se à situação dos autos, não se podendo cogitar da obrigação de fazer a cargo da ré.

Incontroverso também que a ré estornou a quantia paga pelo autor, é extraí dos documentos de fls. 53/55 que não foram impugnados pelo autor.

A rejeição da pretensão deduzida nesse contexto transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**